

AS REVISTAS ACADÉMICAS DO CENTRO DE ESTUDOS AFRICANOS, 1980-2014¹³¹

Colin Darch

Com um enfoque nas revistas editadas pelo Centro de Estudos Africanos (CEA) intituladas “Estudos Moçambicanos” e “Não Vamos Esquecer”, o presente artigo tenta fazer uma análise crítica das edições destas duas revistas da instituição, ao longo do tempo. O objectivo principal é desafiar os leitores a reflectir e analisar o verdadeiro carácter e impacto destas publicações. Assim, começa-se por oferecer uma definição, mais ou menos normalizadora, de ‘o que é uma revista científica?’ Formalmente, a resposta a essa pergunta abrange os seguintes pontos: Primeiro, uma revista científica, no mundo académico em geral, deve ter uma periodicidade regular. Por exemplo, ‘semestral’ implica dois números por ano “faça chuva ou faça sol”. O segundo ponto é que as contribuições à revista, na sua maioria, devem vir de fora da instituição publicadora. Terceiro, a revista deve ter uma estrutura e uma política editorial bem clara, e estável. A última característica é que a revista deve ter uma prática sistemática de submissão das contribuições a uma revisão de pares.

Fica claro que o prestígio da revista “Estudos Moçambicanos”, na altura das suas primeiras publicações, não dependia de forma alguma da satisfação das exigências formais acabadas de mencionar. De facto, durante a maior parte dos anos da sua vigência, esta revista nunca obedeceu a nenhuma destas regras. Assim, a questão principal a colocar é, como poderemos avaliar a qualidade da pesquisa publicada na revista, tomando em conta as condições concretas e materiais existentes em Moçambique naquela época. Volta-se a estas questões ao longo da comunicação.

131 Este texto consiste na edição e adaptação da transcrição de uma apresentação feita em Março de 2016, na conferência comemorativa dos 40 anos do CEA realizada em Maputo, e das intervenções e comentários da assistência. Meus agradecimentos sinceros a Clinarete Munguambe, pelo seu apoio na primeira abordagem à transcrição da gravação desta comunicação.

O primeiro número de “Estudos Moçambicanos” foi publicado em 1980, sendo o último, número 23, em Março de 2014. Estamos diante de um período de cerca de 34 anos. Tendo em conta que esta comunicação se insere na celebração e balanço dos 40 anos de existência do CEA (1976-2016), parece importante salientar que não se está perante um facto trivial e por isso devemos reconhecer e comemorar esta data.

O programa original de “Estudos Moçambicanos” estava bem explícito no editorial assinado por Ruth First, que escreveu o seguinte:

*A revista ... publicará artigos inseridos no campo geral das ciências sociais ... da autoria de economistas, sociólogos, historiadores e (...), em especial, de não académicos. Estudos Moçambicanos assume desde já como princípio a rejeição da divisão de trabalho na produção de conhecimento característico da burguesia, e o departamentalismo e carreirismo académico, bem como o isolamento profissional que aquela divisão de trabalho gera. Uma análise materialista assenta, afinal, numa insistência de que é artificial e arbitrária a separação entre os aspectos económicos, políticos, sociais e culturais de um mesmo todo.*¹³²

Portanto, a revista não foi apenas criada para os académicos, na medida em que o público-alvo da mesma era muito mais amplo do que a universidade. E a prova disso é que, pelo menos nos primeiros números, havia sempre grande publicidade nacional, sempre que saía um novo número, havendo mesmo alguns artigos que resumiam os conteúdos de cada novo número que era publicado. A revista era ainda objecto de uma distribuição, a mais ampla possível do que era prática na altura, através do Instituto Nacional do Livro e Disco (INLD).

Nos 23 números de “Estudos Moçambicanos”, existem dois números duplos e um número especial, o que reduziu o número físico de edições para 21. A pequena análise estatística feita dos conteúdos da revista, leva à seguinte conclusão:

- Foram publicados 159 trabalhos: artigos, documentos e textos, editoriais, doze bibliografias e até um ou dois poemas.
- Um pouco mais que 70% destes trabalhos tratavam de tópicos estritamente moçambicanos. Os outros, questões teóricas ou estatísticas ou temas relacionados com a situação na África Austral.

132 ‘Editorial: Subdesenvolvimento e Trabalho Migratório,’ *Estudos Moçambicanos* no.1 (1980), pp.2-3.

“Não Vamos Esquecer”, por sua vez, foi concebida, não como revista, mas como um boletim, que não tinha pretensões de ser considerado uma revista científica. Mas, mesmo assim, tinha um certo prestígio pela contribuição dada à história popular de Moçambique.

O primeiro número de “Não Vamos Esquecer”, saiu da “Oficina de História”, em Fevereiro de 1983, ao que se seguiram dois números duplos, 2 e 3, em Dezembro do mesmo ano. Seguiu-se um intervalo de 4 anos sem qualquer publicação. Após a morte de Aquino de Bragança em 1986, no acidente de Mbuzini, o número 4, último número, saiu em Julho de 1987.

No total, “Não Vamos Esquecer” publicou 22 textos, dos quais um número significativo era de anónimos, ou de uma associação de autores, uma vez tratar-se de reflexões resultantes de uma prática de trabalho colectivo realizado na época. Destes 22 textos, 8 textos eram entrevistas prolongadas com trabalhadores, antigos combatentes, pessoas de interesse, etc. Saliente-se que “Não Vamos Esquecer” estava muito interessado na publicação de imagem. Publicou fotografias, e no número 4, especialmente, xilografuras, num total de 3.

Gostaria ainda de explorar a questão de um editorial claro e estável. Se se fizer uma leitura de todos os números de “Estudos Moçambicanos” publicados, ao longo de 34 anos, pressupõe-se que quem escrevia o editorial era, de facto, o responsável pelo conteúdo de um determinado número. Nesta lógica de pensamento, poder-se observar que os primeiros quatro números estavam sob controlo de Ruth First e Aquino de Bragança. Do número 7 até ao número 11/12, as edições foram preparadas sob a direcção de Sérgio Viera, e a partir do número 13 as responsabilidades foram distribuídas por vários editores, nomeadamente: Teresa Cruz e Silva, Carlos Serra, Isabel Casimiro, João Paulo Borges Coelho, Maria Paula Meneses, entre outros. Isto não significava que os editores estivessem necessariamente na direcção do centro, na altura da produção da revista. Tanto quanto se percebe, para uma parte considerável dos números publicados, na altura, também não havia um conselho editorial, que incluísse, entre os seus membros, pessoas não pertencentes ao CEA. Talvez houvesse comités dentro do centro, mas não havia esta tentativa de recrutar pessoas de fora do mesmo. Portanto, o carácter da revista foi sofrendo alterações ao longo dos anos de acordo com as mudanças verificadas na direcção do CEA, das condições de produção e da situação na qual o país se encontrava, ao longo destas décadas.

Para exemplificar como as mudanças que se operaram no contexto social, económico e político do país e na direcção do centro se reflectiam nas linhas de publicação da revista, pode-se verificar que, depois de Sérgio Viera assumir a direcção do Centro, a maioria dos artigos publicados versavam sobre

questões estratégicas, segurança regional e assim por diante. No período em que Isabel Casimiro, Alexandrino José ou Teresa Cruz e Silva assumiram a gestão do centro, houve um enfoque sobre a história do nacionalismo no tempo colonial, entre outros temas, como mostra o facto de ter havido, por exemplo, um número especial sobre o papel da igreja protestante, a vida de Eduardo Mondlane, e em seguida, questões de género. Portanto, isto mostra um reflexo sobre as mudanças que foram acontecendo no contexto em que a revista foi produzida. Contudo, a questão, que se levanta, é se essas mudanças eram arbitrárias ou foram um reflexo de decisões estrategicamente tomadas?

Voltando para “Não Vamos Esquecer”, parece que o programa desta revista se apresentou instável, logo no início. A Oficina começou com uma série de seminários. A ideia era que havia necessidade de reunir as pessoas e discutir os programas de investigação em curso. Só depois é que se criou um ‘núcleo’. Apenas viu-se nos números um e dois de “Não Vamos Esquecer”, uma explicitação do problema da sua política central, como se pode ler na citação:

... o primeiro número deste boletim foi definido como sendo uma publicação virada, exclusivamente, para o estudo da Luta Armada de Libertação Nacional, tendo por foco as zonas libertadas. Porém, críticas que nos foram oportunamente feitas, revelaram, por um lado, a estreiteza do campo de estudos, que excluía, logo à partida, as zonas sob o controlo do governo colonial durante o processo de Luta Armada.¹³³

No entanto, é possível verificar que houve uma mudança de objectivos no segundo número, que deixou de fazer o enfoque sobre a Luta Armada em si, virando-se para questões sobre classe operária, assim como entrevistas sobre experiências vividas no tempo colonial nas zonas sob o controlo do regime colonial. Só no quarto e último número, publicado após a morte de Aquino é que se regressou para um enfoque sobre a luta de libertação e zonas libertadas.¹³⁴

Um outro aspecto que gostava de mencionar é que, na avaliação de “Estudos Moçambicanos” e “Não Vamos Esquecer”, parece essencial tomar em consideração o facto de que todas as outras revistas científicas da época, por exemplo, “Arquivo”, “Cadernos de História”, “Trabalho de Arqueologia e Antropologia”, “Justiça Popular” já não são mais produzidas. Estão todas

133 ‘Editorial,’ *Não Vamos Esquecer* no.2/3 (Dezembro de 1983), p.3

134 É importante sublinhar, a questão da disponibilidade pública do boletim. Já foi referido que as publicações do boletim estão disponíveis em *websites* fora de Moçambique, mas parece que uma divulgação, o mais ampla possível, devia ser considerada. O autor deste artigo tem, no seu arquivo pessoal, os documentos disponíveis na altura.

“mortas”. E esta é uma questão a reflectir. Por que não existem hoje em dia revistas científicas de Ciências Sociais? Considera-se que o facto de todas estas revistas terem desaparecido mostra a existência de condições gerais, comuns a todas, para além das questões mais específicas referentes ao CEA. Um destes problemas é que revistas geograficamente definidas, o que é muito comum em África no período imediatamente depois das independências, ou desapareceram ou estão a entrar num período de falência.¹³⁵ A questão é que é tacticamente mais apropriado para jovens académicos publicar em revistas científicas, não só por área geográfica, mas por disciplina, indexadas/com revisão de pares. Isto tem a ver com a exigência de progressão na carreira, em Moçambique, como em outros países. Por exemplo, publicar um artigo em uma revista como “Estudos Moçambicanos”, que não teve durante muitos anos revisão de pares, não oferecia vantagens para progressão na carreira académica.

Finalmente, para concluir, salienta-se a questão do colapso do sistema de comunicação científica nos países do hemisfério sul, em geral. Esta-se a viver um processo de privatização de conhecimentos. Uma agressividade na aplicação de direitos da chamada propriedade intelectual. Isto implica que é muito difícil para as pessoas em universidades pobres ter acesso a toda a literatura existente no exterior, para além do problema de nem sempre serem acessíveis traduções em língua portuguesa. Acresce-se a isso, a falta de disponibilidade de revistas académicas actualizadas nas instituições de ensino e pesquisa, obrigando a que muita literatura tenha que ser adquirida individualmente pelos pesquisadores. Todas estas tendências têm um impacto muito negativo nas academias dos países pobres. Portanto, a questão final, que se levanta logicamente a partir de trabalhos anteriores, é como publicar trabalhos sintéticos de primeira qualidade. Quer dizer, grandes livros de história, sociologia e economia sem ter uma base de micro-estudos produzidos e divulgados localmente, e em português?

Notas das editoras sobre a comunicação de Colin Darch

Após a comunicação apresentada na conferência de celebração dos 40 anos do CEA (2016), virada sobretudo para uma reflexão, foram levantadas algumas questões no debate que se seguiu e que se podem sumarizar em três aspectos considerados, como sendo de maior relevância.

135 Como exemplo pode-se referir na *Tanzânia Notes and Records; Journal of Ethiopian Studies, Rassegna di Studi Etiopici* (uma revista italiana sobre todos os aspectos de vida na Etiópia).

Um primeiro aspecto, relacionado com a questão da privatização do conhecimento e a digitalização da documentação. A privatização, tendo sido vista sobretudo no seu critério financeiro, mostrou que é preciso “comprar” os resultados da produção científica, quer em livro, quer em revistas, e mesmo a que se encontra disponível *online*, é necessário pagar a assinatura para se poder ter acesso à base de dados onde os artigos se encontram disponíveis. Colin deu como exemplo o JSTOR¹³⁶, que é controlada através de contrato, apesar de a grande maioria dos artigos disponíveis estarem fora do controlo dos direitos de autores, pois são de domínio público. E nas suas palavras: “Mas não se pode ter acesso a essa base de dados sem pagar uma assinatura. Portanto, é uma espécie de privatização”.

Em relação à digitalização, embora importante, o problema coloca-se “na não existência de um equilíbrio entre o investigador de Moçambique, do Brasil ou Portugal com os dos EUA e Inglaterra, sendo isto, o que em inglês se chama «*the playing field is not level*» [o campo de jogo não está nivelado], o que representa uma desvantagem muito grande e onde, o acesso generalizado, corre certos riscos para a produção de história ou para a investigação nos países mais pobres.”

Um segundo ponto refere-se a aspectos relativos à questão da publicação da revista “Estudos Moçambicanos”. Desde o seu nascimento, nunca existiu uma programação clara dos diferentes números e estes eram publicados quando fosse possível publicar, não só quando se tinha artigos suficientes para constituir um número satisfatório, mas também quando se tinha financiamento para pagar os custos de impressão, dentre outros aspectos. Isto prejudicou muito a sua periodicidade. A questão da revisão de pares, nunca foi considerada na publicação, a não ser nos últimos números da revista e para os quais houve alguma resistência, além de que, a falta de hábito de o fazer, conduziu a que os revisores levassem bastante tempo e os autores levassem também muito tempo a rever o artigo (a revista, num dos seus últimos números, dentro destes moldes, levou praticamente dois anos para ser publicada). De qualquer modo, foi reconhecido que, hoje em dia, uma revista com aquelas características não podia satisfazer as necessidades, que uma carreira académica bem definida exige.

136 JSTOR (acrónimo para «Journal Storage») é uma biblioteca «online» de arquivamento de periódicos académicos sediado nos Estados Unidos e fundada em 1995. JSTOR foi originalmente fundada pela Fundação Andrew W. Mellon, mas é atualmente uma organização sem fins lucrativos.

Contudo, Colin Darch considerou que “a questão da revisão de pares, aprende-se nos seminários, onde os colegas mais chegados do departamento, numa sessão mais ou menos fechada, fazem uma crítica com a maior franqueza possível. É assim que se aprende como fazer uma avaliação, sem necessariamente personalizar esta questão”.

Exemplificando, Darch referiu que de acordo com a sua experiência: “quando criticamos um artigo de um principiante numa carreira académica, as pessoas chegam a ficar muito ofendidas. Mas na verdade esta não é uma crítica pessoal, mas uma forma de apoio, criticando o texto para que este seja melhorado na sua segunda versão. E na falta de uma série de seminários estabelecidos na universidade é muito difícil fazer este tipo de aprendizagem. Portanto, para mim, a questão de revisão de pares não é abstracta, é uma questão de prática pedagógica.”

Um terceiro ponto relacionou-se com o fim da revista “Estudos Moçambicanos”. Na análise que se fez para esta “morte” foram apresentados vários motivos. Para alguns dos participantes, isto deveu-se à perda de autonomia do Centro de Estudos Africanos em termos de um financiamento para a sua publicação, que passou a depender das verbas provenientes do Orçamento Geral do Estado (OGE), e a revista só era publicada quando aquele permitia este financiamento, o que era raro e extremamente difícil. Criou-se deste modo, uma irregularidade muito maior do que a que existia quando o CEA tinha fundos próprios e se podia financiar a pesquisa (mesmo que esses fundos próprios fossem de doações). Para outros, o CEA teve “uma luta inglória” ao tentar manter a revista “Estudos Moçambicanos”, apesar da sua história e seu capital social. “Os dois últimos números (22 e 23) já foram publicados com muitas dificuldades.

De qualquer modo, não foi possível prever a sobrevivência da revista tendo em conta não apenas a não satisfação dos requisitos de uma revista científica, mas também aos diversos condicionalismos que se foram colocando ao longo dos anos. Para Colin Darch, “a sobrevivência de qualquer revista, e como tal a de “Estudos Moçambicanos”, só pode funcionar na base de uma actividade de investigação, pois sem projectos de investigação é muito difícil as pessoas produzirem artigos, mesmo de autoria individual.”